

"QUAL É O VALOR DA TUA FERRAMENTA?" ECONOMIA POLÍTICA E CONFLITOS SOCIAIS DURANTE O PREC (1974-75)

Ricardo Noronha*

I

É bem conhecida a máxima de Frederic Jameson (1994), segundo a qual se tornou mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Este diagnóstico encontrou um sólido ponto de ancoragem nos acontecimentos que puseram fim ao "Socialismo Real" na Europa do Leste. Para lá dos seus efeitos geopolíticos, a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética contribuíram para reforçar a ideia de que a propriedade privada e a competição correspondem à ordem natural das coisas. Data de então a tese de Francis Fukuyama (1989), segundo a qual o Liberalismo se teria convertido no derradeiro estágio da evolução política, para lá do qual se tornaria impensável imaginar senão um retrocesso para formas menos dinâmicas e mais coercivas de organizar a vida social. E, ainda que não falem declarações em sentido contrário, o facto é que a ideia de "fim da história" parece ter ganho raízes profundas, tanto à direita como à esquerda, no seio da qual se discute intensamente a melhor forma de gerir o capitalismo, mas raramente se descortina a veleidade de o substituir por outra coisa qualquer.

* Instituto de História Contemporânea NOVA FCSH

Mas esse estava longe de ser o estado de coisas quando um grupo de jovens oficiais portugueses levou a cabo o golpe militar de 25 de Abril de 1974, pondo fim à mais longa ditadura da Europa Ocidental. Nos trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, tanto na América do Norte como na Europa Ocidental, a intervenção do Estado era considerada uma condição indispensável ao crescimento económico, regra geral orientada no sentido do pleno emprego, recorrendo frequentemente ao planeamento, no quadro do que então designava como "economia mista".

A ideia de que o Estado deveria planear o desenvolvimento económico era ainda mais pronunciada na periferia do sistema mundial, onde o crescimento económico acelerado da União Soviética, juntamente com os seus inúmeros sucessos no plano científico e tecnológico, fizera do Socialismo uma poderosa fonte de inspiração. Para lá da adesão mais ou menos entusiástica aos méritos do planeamento, tornou-se particularmente disseminada a noção de que as relações de dependência da periferia face ao centro da economia mundial condicionavam fortemente as suas possibilidades de desenvolvimento. A criação, em 1948, no âmbito da Organização das Nações Unidas, da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL), veio conferir expressão institucional às premissas teóricas avançadas por economistas estruturalistas como Raúl Prebisch ou Celso Furtado (Love, 2018), para quem os mecanismos da troca desigual (Arghiri, 1973) tornavam imperativa a adoção de estratégias protecionistas por parte dos países da periferia.

De resto, a primeira metade do século XX fora particularmente fértil em reflexões acerca do planeamento económico, dando origem a um filão teórico corporizado por autores como Otto Neurath (2005), Maurice Dobb (1933), Nikolai Bukharin e Evgueni Preobrajensky (1977) ou Oskar Lange (1936 e 1937), a que se juntariam, após a Segunda Guerra Mundial, economistas como Paul Sweezy (1949), Michal Kalecki (1972) ou Charles Bettelheim (1972 e 1975).

Existia assim, a par da mais convencional "síntese neoclássica Keynesiana" que dominava a maior parte dos departamentos de Economia nas Universidades, toda uma tradição de pensamento económico de matriz socialista e desenvolvimentista, com assinalável circulação transnacional, no quadro da qual as possibilidades de um sistema económico distinto do capitalismo podiam ser debatidas e aprofundadas com rigor científico e sofisticação teórica.

II

Foi em grande medida a essa tradição que os responsáveis pela política económica do IV Governo Provisório recorreram quando, na sequência do 11 de Março¹, o Conselho da Revolução deu início a uma vaga de nacionalizações que viria a abranger grande parte do setor financeiro e das indústrias de base em Portugal: banca, seguros, siderurgia, cimentos, papel, eletricidade, construção e reparação naval, metalomecânica pesada, química e petroquímica, cerveja e transportes. No final do Verão de 1975, cerca de 19,8% do PIB, 30% da Formação Bruta de Capital Fixo e 6,5% da força de trabalho em Portugal haviam transitado para a esfera pública.²

O reforço da presença do Estado na economia antecederia, contudo, as nacionalizações. A 25 de Novembro de 1974 foi aprovado o Decreto-Lei 660/74, que permitia ao Governo Provisório assumir a gestão de empresas privadas cujas administrações fossem suspeitas de atos de "sabotagem económica".³ Fora igualmente aprovado em Conselho de Ministros, a 8 de Fevereiro de 1975, um *Programa de Política Económica e Social* (habitualmente designado como "Plano Melo Antunes"), no qual se previa um reforço substancial da participação do Estado em diversos setores de atividade, bem como uma reestruturação parcial da propriedade fundiária. Ao nacionalizar as grandes alavancas do poder económico, o Conselho da Revolução escancarou uma porta entreaberta.

De resto, à medida que se multiplicavam os despedimentos e os salários em atraso, uma vaga de lutas sociais percorreu os locais de trabalho durante o inverno de 1975. Se durante a primeira grande vaga de lutas sociais a seguir ao 25 de Abril, em maio e junho de 1974, a principal causa dos conflitos foram as condições laborais e salariais propriamente ditas, agora, pelo contrário, o principal eixo reivindicativo dizia respeito à gestão e às relações de poder nos locais de trabalho

¹ Sobre o golpe militar fracassado liderado pelo General Spínola a 11 de março de 1975, ver Noronha (2016).

² António *et al.* (1983: 178)

³ Sobre o amplo campo semântico deste termo, bem como as práticas discursivas a ele associadas, ver Noronha (2013).

(Santos *et al.* 1976). Tornou-se comum, em inúmeras empresas, a exigência de acesso às contas bancárias e à documentação, bem como a reivindicação da intervenção do Estado e o afastamento dos administradores. Outro traço distintivo desta segunda vaga diz respeito ao posicionamento do PCP e da Intersindical, que, ao contrário do que acontecera em maio e junho de 1974 (quando haviam adotado uma postura cautelosa e por vezes até hostil face às greves), apoiaram estas lutas e reivindicações, procurando enquadrá-las, com graus de sucesso variáveis. O apoio às lutas dos trabalhadores estava em todo o caso longe de se limitar ao PCP e às organizações de extrema-esquerda, como o demonstram as conclusões do 1º Encontro Nacional de Metalúrgicos do Partido Socialista:

Pode dizer-se que a situação política saída do 11 de Março e os seus reflexos imediatos na situação económica e das empresas é o resultado dos avanços conseguido pelos trabalhadores na luta imediata nos locais de trabalho antes de 11 de Março. É neste sentido que, em relação à nacionalização da banca e das seguradoras, o Partido Socialista entende que elas foram o resultado das lutas dos trabalhadores - e não só da luta dos trabalhadores bancários, mas da de todos, como veremos pelos exemplos seguintes (S.a., 1975: 211).

O horizonte socialista da Revolução portuguesa não foi imposto a partir de cima por uma vanguarda político-militar. Pelo contrário, a transição para o socialismo foi encarada como uma condição indispensável à transição para a democracia, como de resto se depreende pela Constituição aprovada por quatro quintos dos deputados eleitos à Assembleia Constituinte, a 2 de abril de 1976, com as suas várias referências ao "exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" ou à "apropriação coletiva dos meios de produção" (Neves [Ed.], 1976: 177-179).

III

Longe de corresponder a um salto no escuro, a política económica esboçada durante a Primavera e o Verão de 1975 foi uma resposta à crise do modelo de acumulação herdado do Estado Novo. Sob a égide do sistema corporativo, tomara forma uma estrutura produtiva assente na repressão política dos trabalhadores, na qual os despedimentos e a

contração salarial eram, em momentos de crise, os principais mecanismos de estabilização da taxa de lucro. Ao ensaiar uma estratégia alternativa a esses mecanismos, o IV Governo Provisório procurou, com o apoio do MFA, absorver a dinâmica da mobilização coletiva dos trabalhadores e relançar a atividade económica.

Isso é bem patente nas intervenções e escritos de Mário Murteira, o Ministro da Coordenação Económica do IV Governo Provisório. A 11 de Abril, numa exposição perante o Conselho da Revolução, Murteira (1975: 14-15) começou por sublinhar que "depois de 25 de Abril assistiu-se a um processo, não controlado pelo poder político, de desmantelamento da ordem capitalista no sistema social português", no decurso do qual "o capital monopolista perdeu o controlo dos centros de decisão ". "No entanto", argumentou Murteira, "a aguda luta de classes que se tem travado, não sendo politicamente orientada no conjunto do processo, se tem sido de sinal anticapitalista, não poderia servir e não tem servido qualquer projecto claro de reconstrução socialista da economia e da sociedade", tendo assumido sobretudo "um carácter de reivindicação por substanciais melhorias imediatas de níveis de consumo, com redução do tempo de trabalho e produtividade média por hora de trabalho". Perante o "descalabro da economia, por via do anticapitalismo", era agora necessário dar forma a um sistema em que os trabalhadores sentissem que "a economia já não lhes é estranha", exercendo o "controlo organizado da produção", segundo "objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos estatais de planeamento". Nestas linhas se condensava o horizonte fundamental da política económica gizada por Murteira: os trabalhadores controlariam a produção, mas fá-lo-iam de acordo com uma estratégia definida pelo Governo, no quadro de uma economia planificada.

Estava longe de ser uma tarefa fácil, desde logo porque os projetos e planos elaborados ao longo deste período tinham forçosamente de se confrontar com a dependência externa, particularmente acentuada no que diz respeito ao abastecimento de bens essenciais, como o petróleo, os cereais e a carne, que dominavam as rubricas das importações. Apesar dos ritmos de crescimento económico acelerado durante as duas décadas que precederam o 25 de Abril, os níveis de produtividade na agricultura e em boa parte da indústria portuguesa permaneceram baixos quando comparados com os padrões da Europa Ocidental. A estrutura produtiva portuguesa viu-se por isso incapaz de responder ao aumento da procura interna que acompanhou o crescimento económico, gerando um défice

estrutural da balança comercial. Desde a Segunda Guerra Mundial que a cobertura da importação de bens essenciais era assegurada sobretudo pelas remessas dos emigrantes portugueses no exterior, que equilibravam a balança de pagamentos e, juntamente com algumas receitas provenientes das colónias, constituíam a principal fonte de divisas. A crise da economia mundial, juntamente com o ambiente de incerteza gerado pela agitação revolucionária, contribuiu para uma diminuição significativa dessas remessas, condicionando as opções da política económica. A isto havia que somar a quebra de encomendas nos setores dedicados à exportação, bem como as práticas de subfaturação e sobrefaturação levadas a cabo por empresários interessados em colocar o seu dinheiro no estrangeiro. Confrontados com este cenário, os vários Governos Provisórios haviam sido forçados, desde maio de 1974, a mobilizar as reservas de divisas do Banco de Portugal para evitar uma crise de pagamentos ao exterior. Fora também com esse objetivo que a Junta de Salvação Nacional e o I Governo Provisório haviam decidido aumentar o volume do redesconto, ou seja, o crédito concedido pelo Banco Central aos bancos comerciais (a uma taxa de juro relativamente baixa), de forma a apoiar as pequenas e médias empresas, esconjurando o espectro das falências generalizadas e do desemprego.

A estratégia delineada por Murteira procurava assim responder a um conjunto de problemas herdados do passado, remoto e recente, de forma a superar os limites de um modelo de crescimento dependente, acentuados pelo efeito combinado da crise mundial e da revolução. Enquanto a política económica dos primeiros três Governos Provisórios se havia limitado a ganhar tempo e adiar os problemas, sem enfrentar as suas causas estruturais, as nacionalizações pareciam ter criado as condições para atacar esses problemas pela raiz. A dimensão do desafio não passou despercebida ao ensaísta Eduardo Lourenço:

Os dados estão lançados. Com a nacionalização da banca e suas naturais consequências, Portugal encontra-se em situação de desafio, não só perante o complexo sistema em que até aqui se inseria organicamente, como diante de si mesmo. Este desafio, na medida em que representa um passo histórico irreversível de apropriação nacional de meios e poderes anacrónica ou injustamente privatizados, é daqueles que uma comunidade historicamente adulta tem de assumir com um máximo de lucidez. É um momento exaltante do acidentado destino português e por isso mesmo é capital que se não transforme em exaltação que reverte a termo numa espécie de cegueira psíquica nacional. A

perspectiva socialista, enfim concretamente aberta, vai impor à realidade portuguesa, num contexto mundial, ao mesmo tempo favorável, inquieto e inquietante, uma conversão mobilizadora de toda a capacidade e energias históricas de que somos capazes. O que Portugal escolheu – de olhos abertos, em princípio – foi a tempestade e terá, em analogia com a sua aventura passada, de mostrar a si mesmo e a um mundo que não terá ternuras excessivas para os novos argonautas do Ocidente, que é capaz de a enfrentar e dominar. (Lourenço, 1975)

IV

O processo de transição para o socialismo confrontou-se assim com três temporalidades distintas: 1) o curto-prazo, no qual era necessário manter em laboração o maior número possível de empresas, ao mesmo tempo que se tentava reduzir as importações e/ou substituí-las por bens produzidos em Portugal; 2) o médio-prazo, no qual era imperioso negociar um empréstimo externo capaz de suportar os investimentos necessários ao aumento da produtividade e ao equilíbrio da balança comercial; 3) o longo-prazo, no qual se procuraria construir um sistema coerente de planeamento económico, de forma a assegurar o pleno emprego e responder às várias carências existentes no domínio da habitação, saúde, educação e infraestruturas. No que diz respeito ao primeiro destes três tempos, a estratégia de transição para o socialismo concebida por Murteira colocou na ordem do dia a identificação de novos critérios para alocar os recursos e organizar a produção.

Ao nível da banca nacionalizada, isso traduziu-se numa inversão de prioridades no que diz respeito à avaliação dos pedidos de crédito (com a utilidade social e a criação de emprego a substituir a rentabilidade) e à determinação das taxas de juro (com as atividades económicas consideradas prioritárias ao abastecimento ou à substituição de importações a beneficiar de condições mais favoráveis).⁴ A banca nacionalizada passou igualmente a aceitar credenciais passadas pelo Ministério do Trabalho, que facultavam às Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais o acesso às contas bancárias das empresas intervencionadas ou em vias de o ser, permitindo-lhes pagar a

⁴ Noronha (2018: 233-265).

forneecedores e liquidar salários, de forma a continuar em laboração. Alguns ensaios de reestruturação foram objeto de análise por parte de Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo Provisório, oscilando entre a aquisição de nova maquinaria, a prospeção de novos mercados, a introdução de novas formas de organização do trabalho e, em certos casos, a reconversão da produção. Ao nível das herdades ocupadas, a constituição de Unidades Coletivas de Produção implicou um levantamento rigoroso dos recursos disponíveis, bem como a identificação dos níveis de investimento necessários para tornar a sua exploração viável. A utilização do Crédito Agrícola de Emergência, primeiro para a aquisição de sementes, rações, fertilizantes e equipamento, depois para o pagamento de salários, revelou-se decisiva para viabilizar estas Unidades, assegurando o pleno emprego na região do Latifúndio e um aumento significativo da produção de bens alimentares. Ao nível da indústria pesada, tomou forma um intenso debate acerca do controlo operário, com variações significativas de setor para setor, nomeadamente no que dizia respeito à estrutura institucional que deveria presidir à gestão e coordenação das unidades produtivas (Patriarca, 1976a e 1976b). A necessidade de ultrapassar formas de divisão social do trabalho herdadas do passado, assegurando o controlo efetivo da produção pelo coletivo dos trabalhadores, foi frequentemente colocada em cima da mesa, ainda que o sentido predominante da maior parte dos documentos apontasse sobretudo aos ganhos de eficácia e de produtividade que poderiam resultar da iniciativa dos próprios trabalhadores. Nalgumas fábricas o processo revelou-se significativamente mais acidentado. Um conjunto de grandes multinacionais - Timex, Grundig, Standard Elétrica, AGFA-GEVAERT - havia instalado fábricas em Portugal, regra geral para assegurar fases de produção particularmente intensivas em trabalho, integradas em cadeias de montagem transnacionais. Confrontadas com um repentino e substancial aumento de custos, muitas dessas multinacionais optaram por encerrar as unidades ou reduzir significativamente a sua atividade, sem que o Governo Provisório tenha optado por intervir.⁵

No horizonte próximo de todos estes setores, delineava-se, em todo o caso, a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento coerente, através de modalidades de planeamento económico que permitissem a

⁵ Sobre algumas destas multinacionais, ver Sindicato das Indústrias de Ourivesaria e Relojoaria e Correlativos do Sul (1976), Antunes (1976) e Barão (1977).

utilização integral dos recursos disponíveis, o pleno emprego, a redução da dependência externa e uma repartição funcional do rendimento mais favorável à classe trabalhadora.

Foi precisamente isso que Mário Murteira (1975b) procurou fazer, através de um documento intitulado “Estratégias de Política Económica (76/78)”, publicado no *Expresso* a 26 de julho de 1975, onde se delineavam as grandes linhas da transição para o socialismo. Foi para esse efeito empregue um sistema de 8 matrizes multisectoriais (englobando 2500 grupos de produtos e 60 setores produtivos), previamente adquirido pelo Secretariado Técnico de Planeamento para a preparação do IV Plano de Fomento, que permitia calcular a interdependência entre a procura de serviços e bens em cada ponto específico da estrutura produtiva e os recursos disponíveis para lhe responder - fosse em termos de matérias primas, força de trabalho ou instrumentos de produção - bem como a “análise interindustrial da estrutura económica portuguesa”. A partir destas projeções tornava-se possível elaborar programas de desenvolvimento setorial, calcular necessidades de investimento e proceder a estimativas de preços, tendo presente a correlação entre as diversas variáveis.

Por outro lado, a par das especificações técnicas, havia um conjunto de decisões políticas inadiáveis no que diz respeito às prioridades estratégicas do desenvolvimento económico. Murteira confrontou o Governo e o MFA com duas opções, dando-lhes a escolher entre uma estratégia que priorizasse a criação de emprego e uma estratégia que priorizasse a redução da dependência externa. A “Estratégia A” (prioridade à criação de emprego) veria a produtividade aumentar a um ritmo moderado, limitando o âmbito dos processos de reconversão industrial e conferindo maior importância à racionalização dos circuitos de distribuição interna, reestruturando lentamente o setor agrícola e canalizando para o setor da construção civil o excesso de mão-de-obra que daí resultasse, de forma a responder às necessidades prementes em termos de habitação e infraestruturas básicas (estradas, pontes, ferrovia, eletrificação, escolas, hospitais, etc.). Esta estratégia implicava uma formação de capital mais lenta, reduzindo a necessidade de obter financiamento no exterior, predominantemente dedicados à importação de tecnologia. A “Estratégia B”, pelo contrário, pressupunha um crescimento mais acelerado da capacidade produtiva e um reforço significativo ao nível do capital fixo, tanto na agricultura como nas “indústrias tradicionais”, para além de um considerável

desenvolvimento das “indústrias modernas”, nomeadamente as que estavam integradas no setor público. Privilegiava a redução da dependência externa a médio e longo prazo, mas exigia o recurso “em escala relativamente elevada” ao crédito externo, ainda que Mário Murteira argumentasse que “uma estratégia de independência nacional” deveria, mais do que prescindir totalmente dos capitais estrangeiros, diversificá-los em relação à origem e às aplicações, de maneira a “evitar que surja a dominação de um sector importante da economia”. A “Estratégia B” exigia igualmente uma reestruturação rápida e profunda da banca nacionalizada, de forma a utilizar os circuitos de distribuição de crédito para financiar as reestruturações projetadas. Qualquer que fosse a escolha, Mário Murteira sublinhou que ela deveria ser efetuada rapidamente, uma vez que disso dependiam várias decisões a tomar em cada empresa e setor, cuja situação financeira se degradaria inexoravelmente, à falta de um plano para escoar a produção e modernizar o equipamento. Como sabemos, a evolução do combate político ao longo do Verão de 1975, com o triunfo do “Grupo dos Nove” e do Partido Socialista, conduziria à formação do VI Governo Provisório e ao afastamento da equipa económica liderada por Mário Murteira, conduzindo a maior parte destes projetos a uma gaveta, da qual não mais voltariam a sair. Como este viria a concluir mais tarde, não sem alguma amargura, a partir do momento em que a política do VI Governo Provisório se orientou no sentido de repor os mecanismos de mercado abalados pelo ímpeto da conflituosidade social, a “transição para o socialismo” converteu-se num significante vazio, desprovido de significado prático:

A estrutura económica do país encontra-se, evidentemente, num processo de transição, mas não é fácil captar o sentido último dessa transição. Transição para o socialismo? A palavra socialismo adquiriu significados múltiplos e bem distintos, particularmente em Portugal e é de notar que três dos quatro partidos políticos dominantes no país reclamam-se defensores da melhor via do desenvolvimento socialista da economia e sociedade portuguesa. (Murteira, 1977: 155).

V

À laia de conclusão, talvez nos possamos aventurar um pouco para além do plano da interpretação historiográfica, avançando algumas reflexões sobre os limites do processo revolucionário português, mas também sobre as pistas que este nos oferece no que diz respeito à Economia Política da transição socialista.

Um diálogo célebre, filmado pelo realizador alemão Thomas Harlan durante a ocupação da herdade da Torre Bela, na Azambuja, condensa uma boa parte dos problemas de ordem prática visitados ao longo deste capítulo. No filme, *Torre Bela - Uma Cooperativa popular* (1977, 240'), José Quelhas, um trabalhador rural, manifesta-se relutante face à perspectiva de ver coletivizada a sua enxada, queixando-se do facto de "os outros, que não trouxeram nenhuma, para não levarem descaminho, dão descaminho às dos outros". Wilson Filipe, um dos mais ativos dinamizadores da ocupação, propõe-se resolver a situação, comprando a enxada com o fundo comum da cooperativa, perguntando-lhe repetidamente: "qual é o valor da tua ferramenta?" Mas Quelhas revela-se cético face um processo de coletivização aparentemente sem fim à vista: "Amanhã preciso de trabalhar naquilo que é meu e tenho que comprar outra. Depois essa fica a ser da cooperativa. Depois vou comprar outra e fica sempre da cooperativa. Daqui a nada também o que eu visto, o que eu calço, é da cooperativa". Visivelmente exasperado, Wilson chama à conversa o horizonte histórico do socialismo, garantindo-lhe que "todo este trabalho é para que não fiques sem roupa; é para que fiques com mais roupa que a que tens. É para que tu realmente fiques com tudo." (Costa, 2009)

A pergunta "qual é o valor da tua ferramenta?" sinaliza, porventura para lá do âmbito específico deste diálogo, a necessidade de novas modalidades de cálculo económico no âmbito da "transição socialista". Propondo-se subtrair ao mercado a determinação dos preços e a alocação dos recursos, a "via portuguesa para o Socialismo" adotada pelo Movimento das Forças Armadas exigia a adoção de outro tipo de critérios para avaliar os custos e benefícios de cada escolha. Colocou-se assim em cima da mesa uma outra pergunta: como conferir racionalidade económica à estrutura produtiva e, simultaneamente, responder às aspirações igualitárias que haviam estado na base das lutas sociais nas empresas? Esta interrogação ganha uma complexidade acrescida se tivermos em conta que a formação social portuguesa

ocupava uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho, uma vez que o seu perfil de especialização produtiva dependia da importação de várias matérias-primas e bens essenciais, ao mesmo tempo que a composição das suas exportações era dominada por produtos de baixo valor acrescentado.

É neste ponto que o debate secular acerca do cálculo económico no contexto da "transição socialista" - ou seja, as modalidades de planeamento que permitam superar a Lei do Valor e, no processo, transformar radicalmente as relações sociais de produção - se cruza com a economia política do processo revolucionário de 1974-75. Sublinhe-se que os termos desse debate raramente figuraram nas cogitações de Mário Murteira e apenas vêm à superfície, de forma um tanto ou quanto superficial, no escrito de outro membro da equipa económica do IV Governo Provisório.⁶ Os documentos e planos elaborados entre a Primavera e o Outono de 1975 ocuparam-se sobretudo com os problemas de ordem prática que resultavam das nacionalizações e intervenção do Estado nas empresas, procurando conferir um mínimo de racionalidade à sua gestão. Mesmo no momento de conceber uma coerência de conjunto para a economia portuguesa no âmbito da transição socialista, foi sobretudo a necessidade de assegurar a viabilidade das unidades produtivas - ou seja, a sua eficiência - a dominar a maior parte das projeções. Existe a esse respeito uma continuidade óbvia entre as estruturas que se dedicaram à elaboração dos Planos de Fomento e os projetos, análises e propostas concebidos durante o processo revolucionário. Vários economistas e engenheiros associados às estruturas de planeamento económico simpatizavam com a Oposição Democrática, sendo críticos do Estado Novo. Alguns deles viriam a integrar os Governos Provisórios (como foi o caso de Mário Murteira, João Cravinho e Manuela Silva), transportando para aí os conhecimentos amadurecidos ao longo dos anos anteriores. Naturalmente, muitos deles experimentaram igualmente um processo de radicalização política, como aconteceu de resto com grande parte da sociedade portuguesa, imprimindo às suas reflexões e ambições um cunho mais ou menos marxista. Mas a difícil articulação entre, por um lado, o carácter radical das aspirações manifestadas por Wilson Filipe no

⁶ João Martins Pereira (1976), Secretário de Estado da Indústria do IV Governo Provisório. Em todo o caso, a introdução escrita por José Serras Gago e Luís Salgado de Matos à polémica entre Bukharine e Preobrajensky (1977:5-25), aborda algumas destas questões.

seu diálogo com José Quelhas - ou, porventura mais substancialmente, que percorrem os documentos elaborados por Comissões de Trabalhadores no âmbito do "controlo operário" (Patriarca, 1976 e 1977) - e, por outro, a visão de conjunto relativamente ao que deveria ser a economia portuguesa no âmbito da transição socialista, exigia uma compreensão teórica mais densa dos problemas que esta última tinha de enfrentar.

Ao decidir a passagem desta ou aquela unidade ou setor produtivo para a propriedade do Estado, o Conselho da Revolução operava ainda no plano jurídico, dando início à formação de algo que oscilava entre uma "economia mista" (como existia então na maioria dos países da Europa Ocidental) e um capitalismo de Estado, mantendo inalteradas as relações sociais de produção. Nesse quadro, os trabalhadores podiam desfrutar de direitos e regalias importantes, incluindo a possibilidade de eleger representantes para os organismos que asseguravam a gestão das empresas, mas o seu papel no processo produtivo permaneceria em grande medida subordinado. A sua força-trabalho poderia ser vendida em condições mais favoráveis, mas em momento algum deixaria de ser uma mercadoria, o que significa que a determinação do conteúdo concreto dos vários processos produtivos, bem como as suas finalidades, permaneceria em larga medida situada fora da esfera de decisão dos trabalhadores.

Estes ver-se-iam assim condenados a repetir, uma e outra vez, com ligeiríssimas variações, o diálogo que opôs Wilson Filipe e José Quelhas. Independentemente das motivações e preferências dos protagonistas, os respetivos interesses individuais permaneceriam aprisionados no interior de um campo atravessado por tensões e atritos de toda a ordem: entre diferentes setores, entre diferentes níveis de qualificação técnica, entre diferentes categorias profissionais. Apontar este aspeto não corresponde, evidentemente, a traçar um quadro idílico da transição socialista, como se esta produza automaticamente relações harmoniosas. Tão pouco se trata de assumir um retrato homogêneo da classe trabalhadora como premissa teórica. Precisamente por se tratar de uma transição entre um modo de produção e outro, este é necessariamente um processo atribulado, sendo concebível que se manifestem diferenças no interior da classe trabalhadora. Simplesmente, sem a possibilidade de deliberar coletivamente o quê e como produzir, com que objetivos e com que finalidades, as diferenças existentes dentro de um coletivo de trabalhadores manifestam-se inevitavelmente na

forma de antagonismos, repletos de tensão e mal-entendidos, como é visível no diálogo filmado por Thomas Harlan.

A superação do horizonte histórico da Lei do Valor corresponde, muito justamente, à possibilidade de transformar as relações sociais de produção, subtraindo os bens à sua determinação mercantil para os fazer responder a necessidades e objetivos decididos a nível político. Esse nível político não deve ser confundido com uma organização burocrática e vertical, como aconteceu na União Soviética e na generalidade das experiências "socialistas" nela inspiradas, onde, de resto, se manteve em pleno funcionamento a Lei do Valor, com a formação de preços a decorrer de decisões administrativas em vez de resultar da concorrência no mercado, sem que os trabalhadores exercessem um controlo efetivo sobre a produção. Não se trata, tão pouco, de multiplicar as experiências de autogestão no quadro de uma economia planificada, reservando aos trabalhadores decisões relativas ao funcionamento da sua unidade produtiva, sem alterar a lógica de funcionamento do conjunto da estrutura produtiva.

Para que os trabalhadores realmente fiquem com tudo, exercendo o controlo sobre a produção a todos os níveis - desde o das ferramentas a empregar às quantidades e qualidades dos bens necessários à reprodução social - é necessária uma arquitetura institucional que preencha cada esfera de decisão económica e, simultaneamente, esteja subordinada à vontade coletiva. A possibilidade de eleger e remover os elementos que ocupam cada uma dessas esferas, bem como de escolher diretamente entre as várias possibilidades em cima da mesa - como era o caso da "Estratégia A" e da "Estratégia B" formuladas por Mário Murteira - é uma condição indispensável para que essa vontade coletiva não se veja subordinada a uma camada de tecnocratas que falam em nome da classe trabalhadora.⁷

Enquanto modo de produção específico, como assinalou Charles Bettelheim (1972), o Socialismo requer formas de cálculo económico capazes de substituir o cálculo monetário, exprimindo em quantidades e qualidades concretas o que, no contexto do modo de produção capitalista, é expresso na forma de preços. Não se trata apenas de produzir mais e distribuir de forma mais equitativa, mas de produzir com

⁷ A este respeito, ver as importantes reflexões de João Bernardo (1975 e 2009) sobre o papel dos gestores/tecnocratas como uma classe intermédia situada entre a burguesia e o proletariado.

propósitos específicos, para responder a necessidades concretas, identificadas à escala social e decididas a nível político. Em semelhante contexto, a pergunta "qual é o valor da tua ferramenta?" deixa de fazer sentido, porque as ferramentas passam a ser encaradas exclusivamente em função da sua finalidade e uso, deixando de ser possível estabelecer relações de equivalência entre uma enxada, uma peça de roupa ou um saco de batatas. Cada um destes bens passa, pelo contrário, a ser equacionado em função do seu valor de uso específico: cavar a terra, cobrir uma parte do corpo, proporcionar uma refeição. Superar a Lei do Valor implica, fundamentalmente, substituir a forma-mercadoria e o trabalho abstrato pela identificação das finalidades concretas de cada bem produzido, no quadro de uma permanente avaliação das necessidades sociais. Em semelhante quadro, a distinção entre política e economia perde qualquer sentido ou operacionalidade, diluindo-se no incessante fazer do mundo, até que se torne possível reduzir o trabalho social ao mínimo indispensável, libertando o tempo disponível para outras atividades. Talvez seja então possível, ultrapassado o reino da necessidade, conceber e experimentar formas-de-vida radicalmente distintas das que estamos, aqui e agora, em condições de imaginar. Nesse sentido, resgatar ao esquecimento os projetos e debates que ganharam forma durante os atribulados meses do PREC, retirando o socialismo da gaveta empoeirada onde o encerraram, é o contributo possível para manter em aberto um futuro que se arrisca a chegar demasiado tarde.

BIBLIOGRAFIA

- ANTÓNIO, Arminda Manuela *et al.*, 1983, *O Sector empresarial do Estado em Portugal e nos países da CEE*, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- ANTUNES, Oliveira, 1976, *ITT contra o 25 de Abril*, Lisboa, Ulmeiro.
- ARGHIRI, Emmanuel, 1973, *A troca desigual. II Volumes*, Lisboa, Estampa.
- BARÃO, Fernanda, 1977, *AGFA-GEVAERT: retrato de uma multinacional*, Coimbra, Centelha.
- BERNARDO, João, 1975, *Para uma teoria do modo de produção capitalista*, Porto, Afrontamento.
- BERNARDO, João, 2009, *Economia dos conflitos sociais*, São Paulo, Expressão Popular.
- BETTELHEIM, Charles, 1972, *Cálculo Económico e formas de propriedade*, Lisboa, Dom Quixote.
- BETTELHEIM, Charles, 1975, *A Planificação Socialista da Economia*, Lisboa, Edições 70.
- BUKHARIN, Nikolai & PREOBRAJENSKY, Evgueni, 1977, *A transição socialista, o debate soviético e o caso português*, Lisboa, Armazém das Letras.
- COSTA, José Filipe, 2009, "Quando o cinema faz acontecer: o caso Torre Bela", *Arquivos da memória*, CEP/UNL, 5-6: 179-180.
- DOBB, Maurice, 1933, "Economic Theory and the problems of a Socialist economy", *The Economic Journal*, 172 (43): 588–598.
- FUKUYAMA, Francis, 1989, "The End of History?", *The National Interest*, 16: 3-18.
- JAMESON, Frederic, 1994, *The Seeds of time*, Nova Iorque, Columbia University Press.

- KALECKI, Michal, 1972, *Selected essays on the Economic growth of Socialist and Mixed-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LANGE, Oskar, 1936, "On the Economic Theory of Socialism", *The Review of Economic Studies*, 1 (4): 53–71
- LANGE, Oskar, 1937, "On the Economic Theory of Socialism: Part Two", *The Review of Economic Studies*, 2 (4): 123–142.
- LOURENÇO, Eduardo, 1975, "Socialismo crítico ou ditadura: à margem de um Portugal nu", *Expresso* (10 de maio), 10.
- LOVE, Joseph L., 2018, "CEPAL, Economic Development, and Inequality", *History of Political Economy*, 50 (1): 152–171.
- MURTEIRA, Mário, 1975a, *Textos de política económica*, Lisboa, Serviços Sociais dos Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos.
- MURTEIRA, Mário, 1975b, "A coerência da estratégia económica depende da opção política", *Expresso*, 26 de julho, 12-15.
- MURTEIRA, Mário, 1977, *Política económica numa sociedade em transição*, Lisboa, Moraes Editores.
- NEURATH, Otto, 2005, *Economic Writings Selections 1904–1945*, Dordrecht, Springer.
- NEVES, Orlando (Org.), 1976, *E agora que fazer? Textos Históricos da Revolução III*, Lisboa, Diabril.
- NORONHA, Ricardo, 2013, "A 'orquestra da sabotagem económica': radicalização discursiva e conflituosidade laboral durante o PREC", *Análise Social*, 210 (XLIX): 4-27.
- NORONHA, Ricardo, 2016, "Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975", *Ler História*, 69: 71-87.
- NORONHA, Ricardo, 2018, *A banca ao serviço do povo. Política e Economia durante o PREC (1974-75)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea.
- PATRIARCA, Fátima, 1976a, "Controlo Operário em Portugal I", *Análise Social*, 12, 47: 765-816.

PATRIARCA, Fátima, 1976b, "Controlo Operário em Portugal (II).
Análise Social, 12, 48: 1049-1146

PEREIRA, João Martins, 1976, *O Socialismo, a transição e o caso português*, Lisboa, Bertrand.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima *et al.*, 1976, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas. 1º Volume*, Porto, Afrontamento.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE OURIVESARIA,
RELOJOARIA E CORRELATIVOS DO SUL, 1976, *O caso Timex. Crise do sistema capitalista internacional?*, Lisboa,
Editorial «O Século».

SWEEZY, Paul, 1949, *Socialism*, Nova Iorque, McGraw-Hill.